



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.41.114.A009>

Projeto de vida: a busca de sentido no contexto educacional

Life project: the search for meaning in the educational context

Aline Fátima de
Centro Universitário Academia
<https://orcid.org/0000-0001-6180-7383>
alinejfbrasil@gmail.com

Gisele de Rezende Franco
Centro Universitário Academia
<https://orcid.org/0000-0002-2044-6865>

Resumo

A disciplina Projeto de Vida oferece a possibilidade de trabalhar perspectivas bastante salutares com os estudantes do Novo Ensino Médio. Alguns trabalhos investigativos, identificados neste estudo exploratório, acerca dos primeiros resultados desta nova empreitada, já foram publicados e os dados evidenciam que os jovens necessitam de nutrientes que os ajudem a nortear seus caminhos e que sustentem o sentido da vida na sua singularidade. Ter um horário na escola para pensar sobre si mesmo, os outros e o mundo, poder buscar a compreensão sobre os relacionamentos pelos quais são atravessados e imaginar roteiros possíveis após o término da escola, é imprescindível a todos os jovens mediante as tarefas do desenvolvimento e aos desafios na atual conjuntura. Faz-se importante levar em consideração a capacitação de professores para esta jornada, assim como a proposta da licenciatura em Psicologia nesta atuação. Para tanto, traz-se aqui duas formas de intervenção da Psicologia frente à nova disciplina Projeto de Vida: tanto no tocante ao papel do Psicólogo Escolar e Educacional, quanto do Psicólogo licenciado, numa atuação que venha a promover o desenvolvimento integral dos escolares no Ensino Básico. Por isso, propôs-se a abordagem da Psicologia Positiva, de Martin Seligman, no intuito de dar embasamento às discussões e refletir sobre a relevância do Desenvolvimento Positivo dos Jovens para alcançar a promoção do bem-estar na juventude diante dos processos de escolarização.

Palavras-chave: Projeto de vida; Sentido da vida; Bem-estar; Escolarização.

Abstract

The Life Project discipline offers the possibility of working with very healthy perspectives with New High School students. In this exploratory study, some investigative works identified the first results of this new endeavor, which have already been published, and the data show that young people need nutrients that help guide their paths and sustain the meaning of life in its uniqueness. Having time at school to think about yourself, others, and the world; it is being able to seek understanding about the relationships they are going through, and imagining possible itineraries after finishing school is which is essential for all young people in the face of development tasks and the challenges of the current situation. It is crucial to allow for the training of teachers for this journey, so the proposal for a degree in Psychology in this role. To this end, two manners of Psychological intervention are presented here about the new discipline of Life Project: either in terms of the part of the School and Educational Psychologist or of the Licensed Psychologist, in a performance that will promote the integral development of students in Elementary Education. Therefore, the approach of Positive Psychology, by Martin Seligman, was proposed. At this moment, to reinforce the relevance of the Positive Development of Young People is to accomplish furtherance of well-being in youth in the face of schooling processes.

Keywords: Life project; Meaning of life; Well-being; Schooling.

Resumen

El tema Proyecto de Vida ofrece la posibilidad de trabajar perspectivas bastante saludables con los estudiantes de la Nueva Escuela Secundaria. Algunos trabajos de investigación, identificados en este estudio exploratorio, sobre los primeros resultados de esta nueva aventura, ya han sido publicados y los datos muestran que los jóvenes necesitan nutrientes para ayudarles a orientar sus caminos y apoyar el sentido de la vida en su singularidad. Disponer de tiempo en la escuela para pensar sobre sí mismo, sobre los demás y sobre el mundo, ser capaz de buscar comprensión sobre las relaciones por las que se atraviesan e imaginar posibles rutas después de dejar la escuela, es indispensable para todos los jóvenes a través de las tareas del desarrollo y los desafíos en la coyuntura actual. Es importante considerar la formación de profesores para este trayecto, así como la propuesta de la carrera de Psicología en esta acción. Para eso, traemos aquí dos formas de intervención de la Psicología frente a la nueva asignatura

Proyecto de Vida: tanto en lo que se refiere al papel del Psicólogo Escolar y Educacional como del Psicólogo graduado, en una actuación que promueva el desarrollo integral de los alumnos en la Educación Básica. Por ello, se propuso el enfoque de la Psicología Positiva, de Martin Seligman, para dar base a las discusiones y reflexionar sobre la relevancia del Desarrollo Juvenil Positivo para lograr la promoción del bienestar en los jóvenes frente a los procesos de escolarización.

Palabras clave: Proyecto de vida; Sentido de la vida; Bienestar; Escolarización.

Introdução

O objetivo do presente artigo é tratar de questões relacionadas à disciplina Projeto de Vida (PV), inserida no currículo do Novo Ensino Médio (NEM). Apesar de estarem ocorrendo diversas discussões acerca do tema NEM, a proposta deste estudo é voltar-se para as perspectivas que podem ser agregadas no lecionamento da disciplina PV, independentemente da revogação (ou não) do NEM, já que se tem o amparo legal anterior ao mesmo para promover aspectos inerentes ao projeto. Desse modo, visa discutir a possibilidade de os profissionais da psicologia atuarem tanto como psicólogo escolar e educacional, quanto psicólogo licenciado de modo a desempenhar o papel como docente no ensino básico. Nisto, inclui-se o convite à análise da abordagem de Martin Seligman (2018), no tocante a Psicologia Positiva, com suas raízes provenientes na Psicologia Humanista, como principal norteador teórico-metodológico.

Para tanto, faz-se pertinente apresentar o contexto atual, no qual o sistema de educação encontra-se inserido, para que se compreenda a aplicação dos novos moldes que estão sendo executados e o que se propõe para uma melhoria do processo. Em função disso, decidiu-se apresentar alguns trabalhos de pesquisadores que já acompanham os primeiros resultados do NEM, inclusive de projetos pilotos, especialmente voltados para o PV. Serão demonstrados alguns pontos favoráveis e outros contrários a essa nova modalidade. Não se tenciona chegar a uma solução absoluta acerca do tema. No entanto, propõe-se a defesa da relevância de que a disciplina PV possui sob a perspectiva do Desenvolvimento Positivo dos Jovens (DPJ), como uma das possibilidades norteadoras para suas trajetórias de vidas.

O NEM foi implantado em todas as escolas da rede pública e privada do Brasil a partir do 1º ano do ensino médio, em 2022, por decorrência da Lei de Diretrizes e Bases

(LDB) 13.415/2017 (Brasil, 2017). A mudança principal está relacionada à nova carga horária de estudos destes jovens que passou de “(...) 800 horas para 1000 horas ao ano (...)” (Secretaria de estado de educação de Minas Gerais [SEEMG], 2022, p. 4); bem como, uma nova composição das disciplinas e atividades que estão distribuídas, em linhas gerais, por duas áreas: a) Formação geral básica (Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciência humanas e sociais aplicadas); b) Itinerário formativo (PV; Eletivas; Preparação para o mundo do trabalho; Aprofundamento nas áreas do conhecimento) (SEEMG, 2022a).

O foco deste estudo exploratório incide sobre o Itinerário Formativo, mais especificamente, sobre a nova disciplina intitulada “Projeto de Vida” (SEEMG, 2022a, p. 10). Em síntese, o novo programa do Ministério da Educação (MEC) definido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) objetiva que se “(...) trabalhe o PV como estratégia de reflexão sobre a trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante” (SEEMG, p. 4).

Entretantes, antes de especificar alguns dados sobre a educação atual, faz-se apropriado revelar a motivação deste estudo. A educação sempre fora um campo de estudo de relevância! Ademais, incute a necessidade de se olhar para os próprios valores e descobrir se estão alinhados com o propósito deste saber. Talvez, haja pessoas que não se importem com aqueles dizeres que contam a história de uma instituição (Missão, Visão e Valores). No entanto, estes servem como finalidade para saber se as pessoas estão em consonância com aquilo que decidiram empenhar-se na sua vida. Trabalhar pela educação exige cuidado! A principal motivação sustenta-se na reflexão circunstâncias atuais do NEM, que estão em evidência; a disciplina PV trata-se de um ensejo para a juventude expressar-se acerca das possibilidades que existem e as que podem ser constituídas.

Resultados e Discussão

Faz-se pertinente também analisar o contexto atual da educação. Para isso, buscou-se dados mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb-

2021¹ (Instituto nacional de estudos e pesquisa educacionais Anísio Teixeira [Inep], 2022a), para retratar a educação de forma geral no ensino médio do Brasil e de Minas, especialmente. Visto que, o objetivo do MEC com a nova disciplina é trabalhar as três dimensões essenciais à formação do jovem que será egresso, há que se compreender como estes estudantes demonstraram até aqui a assimilação dos conteúdos que já eram lecionados. Ou seja, como os estudantes estavam se saindo no modelo antigo de educação?²

Dito isto, apresentam-se alguns dados conforme as tabelas 1 e 2.

Tabela 1

Ideb Ensino Médio (EM)

Ideb do EM	2017	2019	2021
Ideb geral Brasil	3,8	4,2	4,2
Ideb geral Mg	3,9	4,2	4,7
Ideb Esc. privadas Mg	6,3	6,4	6,3
Ideb Esc. estaduais Mg	3,6	4	4

Nota. Adaptado de Ideb (Inep, 2023a)

Tabela 2

Taxa de aprovação Ensino Médio (EM)

Aprovação no EM	2017	2019	2021
Geral E.M. – Brasil	83,10%	86,10%	90%
Geral E.M. – Mg	80,40%	84,40%	88%
Esc. privadas - Mg	95%	95,70%	99%
Esc. públicas - Mg	72,60%	82,80%	88%

Nota. Adaptado de Ideb (Inep, 2023a)

Uma hipótese que pode ser extraída destes dados é o fato de o ensino privado ter valorização superior ao ensino público; dedução bastante propagada por pessoas que se preocupam com a qualidade da educação. Nota-se que o ensino público se encontra mais distante de uma média ideal ($\geq 6,0$). Além disso, analisando os dados com cautela, observa-se que foram desconsideradas a maioria das escolas, devido ao número de participantes no SAEB ter sido insuficiente para que os resultados fossem divulgados em 2021. Em Juiz de Fora, por exemplo, apenas uma escola estadual participou da prova em 2021 (Colégio Tiradentes PMMG – Ideb = 5,7) (Inep, 2021). A indagação que fica é: os

¹ O Ideb é um indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Desta forma, apresentam melhores resultados no Ideb os sistemas que alcançam, de forma concomitante, maiores taxa de aprovação e proficiência nas avaliações (Inep, 2022a).

² É válido destacar que por conta da pandemia de COVID iniciada no ano de 2020, esses dados foram influenciados, e alguns critérios mínimos de participação estabelecidos pelo SAEB não foram contemplados. Por isso, buscou-se dados desde 2017 para análise (Inep, 2022a).

alunos tiveram alta taxa de aprovação no ensino médio, em plena pandemia, mesmo com o ensino a distância (EaD) ou ensino remoto emergencial (ERE) realizado sem infraestrutura adequada e/ou de forma inédita, em comparação aos anos anteriores? Nessa direção, como se classificaria o indicador de qualidade do ensino?

A justificativa encontrada foi que o Conselho Nacional de Educação – CNE, publicou uma resolução em que foi adotado um “*continuum* curricular” (Inep, 2022b, p. 2), no qual foi feito um replanejamento curricular, onde aqueles critérios não atendidos em 2020 foram remanejados ao currículo de 2021. Com isso, evitou-se reprovações. Todavia, a qualidade do ensino foi ainda mais afetada, em decorrência de diversos fatores como “das desigualdades socioeconômicas de alunos e de infraestrutura das escolas, as quais, por sua vez, impactaram a capacidade de implementação de estratégias para o enfrentamento da pandemia nas atividades escolares” (Inep, p. 4). Somado a isso, um alto índice de abandono escolar (5,8% - 2021), além da evasão, que há muito tempo assola esta faixa etária dos jovens de 15 a 17 anos (Almeida, 2022). Segundo um estudo publicado no livro, *Consequências da Violação do Direito à Educação* (2021), pela Fundação Roberto Marinho – FRM e o INSPER, “Dada a magnitude da perda por jovem e o número de jovens que não devem concluir a educação básica, o custo total para a sociedade atinge vultosos R\$ 220 bilhões (...)” (Risolia, 2021, p. 10). Isso significa que:

A violação de direitos consagrados pela nossa Constituição, expressa no número de jovens brasileiros(as) que não concluem a educação básica, tem consequências conhecidas pela literatura acadêmica: os jovens sem um diploma de ensino médio tendem a ter renda menor ao longo da vida, a estar mais expostos às atividades de risco e a ter menor empoderamento para a participação na vida comunitária e cívica. Em suma, formam um grupo particularmente vulnerável (Risolia, 2021, p. 11).

Neste cenário, surge o NEM em 2022. Ou seja, em meio ao enfrentamento de diversos problemas, em que o ambiente educacional já vinha inserido. Apesar do NEM estar sendo alvo de inúmeras críticas corroboradas por muitos profissionais do âmbito educacional, devido aos desafios que se impõe a essa grande transformação, bem como

no currículo e sua adequação (infraestrutura propícia; capacitação para os profissionais do ensino; protagonismo dos jovens; divulgação à comunidade; entre outros) (Pirani, 2023), a renovação na educação se faz crucial! Tendo em vista as possibilidades que se abrem à juventude ao exercício do pensar diferenciado; ou seja, como o jovem pode trilhar seu caminho depois da escola? Quais são as perspectivas que se abrem ou quais podem ser construídas?

Dentre as críticas levantadas sobre o NEM, aplica-se a desigualdade na oferta dos itinerários nas escolas públicas. Por exemplo, ao não ofertar mais de uma opção de itinerários para possibilitar uma escolha pelos alunos, estes se veem obrigados a seguir o único itinerário oferecido pela escola (Crestani; Levenfus, 2022). Aqui, mais uma vez, as escolas particulares saem na frente. Todavia, cabe aos órgãos públicos competentes – MEC e Estado – fiscalizar e cumprir seu papel, para que haja um ensino público de qualidade no país. Segundo a nova regra, o aluno tem a opção de escolher a área de seu interesse, para além das disciplinas obrigatórias (português e matemática) (SEEMG, 2022a). O grande problema é que as escolas não estão ofertando todos os itinerários para que essa escolha seja fidedigna ao desejo de aprendizado do aluno. Logo, como é possível que a nova estrutura funcione se falta infraestrutura básica: aumento das salas de aulas com a sua devida adequação?

Vários pesquisadores apontam que além destes desafios (Oliveira; Lay, 2023; Silveira; Souza, 2023), existem outros, como a necessidade de “(...) preparação dos docentes; renovação de materiais didáticos; um novo modo de trabalhar as disciplinas, etc.” (Oliveira; Lay, p. 12). Inclusive, profissionais de outras áreas como, por ex., Direito, Psicologia e Administração, são fortes candidatos em potencial para assumirem algumas das disciplinas relacionadas aos Itinerários. Contudo, eles também identificam limitações do projeto.

Ademais, a Reforma do Ensino Médio também determinou a obrigatoriedade do PV, todavia não especifica a forma como serão discutidos as orientações vocacionais e o cenário do mercado de trabalho. Outra peculiaridade, a lei é omissa em relação ao profissional ideal para trabalhar em sala de aula essa mais recente unidade curricular (Silva, 2023, recurso online).

Na contramão disso, em sintonia à perspectiva que será aqui defendida é preciso mostrar também os benefícios que foram identificados na aplicação do novo modelo de Ensino Médio Tempo Integral (EMTI), referente à disciplina PV. No EMTI³ – é possível observar alguns resultados favoráveis de alunos que passaram pela experiência, em escolas piloto, por exemplo, no município de Pouso Alegre – MG. Segundo o diretor da unidade, o PV é o centro do EMTI (SEEMG, 2022b, recurso online). Uma estudante de 16 anos dá o seguinte depoimento:

Nós trabalhamos o processo de conseguir o que queremos para o futuro, colocamos no papel o que a gente quer agora. E, como a minha professora fala, escrevemos tudo a lápis, porque em PV não tem problema você mudar de ideia, não tem problema você não querer mais alguma ou querer mais do que antes (SEEMG, 2022b, recurso online).

Outro exemplo auspicioso foi o projeto Jovens Autores (Cunha, 2023), realizado com estudantes da Escola de Educação Básica, município de Leoberto Leal, Santa Catarina. Esse projeto já está atuante desde 2019, mas foi em 2022 que um grupo de 120 alunos do NEM foi estimulado a desenvolver ideias e escrever um livro, através de um projeto interdisciplinar que envolveu professores de filosofia, artes, língua portuguesa e literatura. Destaca-se, que os alunos assumiram o papel de protagonistas e aprenderam a analisar fatos científicos embasando sua obra, intitulada Cuidado! (Não)Pensar Pode ser Perigoso (Cunha, 2022). “Cada capítulo do livro foi ilustrado com um desenho correspondente a reflexão proposta pelos autores como, por exemplo, o pensamento, a vida, a felicidade, a verdade, a política, a ética e as escolhas de **projeto de vida**” (Cunha, 2023, p. 2126, grifo nosso). Após essa experiência, foram convidados a participarem de uma pesquisa, na qual puderam expressar como foi vivenciar este novo formato de ensino que supera o velho paradigma da instrução, em que o aluno era tido como: “(...) passivo, ignorante, incompleto, com aula no âmbito da teoria (...)” (Cunha, p. 2123).

³ “Atualmente, em MG, 592 escolas ofertam o EMTI. Para 2023, a previsão é de expansão da modalidade para mais unidades de ensino” (SEEMG, 2023, recurso online). Sabe-se que é uma modalidade um pouco diferente do NEM. No entanto, em ambas são contempladas a disciplina PV.

Nesta perspectiva, o Instituto FBS Pesquisa, por intermédio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizou uma pesquisa comparativa entre os alunos do Modelo Tradicional – amostra censo escolar de 2020; e o NEM – alunos da rede pública SP, MGS e SESI (FBS pesquisa, [FBS] 2021). Tendo sido composta por 2.000 estudantes, pôde-se captar a opinião dos reais protagonistas. No geral, houve uma percepção favorável ao novo modelo pelos dois públicos abordados. Há uma grande expectativa dos jovens em relação ao futuro profissional, por isso, um dos itinerários mais escolhidos refere-se ao de Formação Técnica e Profissional; já a nova disciplina de PV insere-se como uma das mudanças mais citadas e bem-vindas pelos estudantes. Constatou-se, numa escala de variação 01 (Gosto nada) à 05 (Gosto muito), que o PV teve como média geral uma pontuação de 4,3 (FBS, 2021).

Por consequência, como a educação do NEM está em evidência em todo o Brasil seja através de críticas ou pontos congruentes e potencializadores referentes ao novo projeto, o MEC abriu espaço para uma consulta pública de modo a identificar os rumos da educação. Em sua portaria nº 399, artigo 1º, o ministro da educação, Camilo Santana, resolve:

Instituir a consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio, com objetivo de abrir o diálogo com a sociedade civil, a comunidade escolar, os profissionais do magistério, as equipes técnicas dos sistemas de ensino, os estudantes, os pesquisadores e os especialistas do campo da educação para a coleta de subsídios para a tomada de decisão do Ministério da Educação - MEC acerca dos atos normativos que regulamentam o Novo Ensino Médio (Brasil, 2023, p. 16).

Em função disso, há uma sinalização para uma mudança construtiva, deste novo currículo, principalmente, por trazer à cena diversos atores a um novo diálogo. Percebe-se que a ideia é realizar “pesquisas nacionais com estudantes, professores e gestores escolares sobre a experiência de implementação do NEM nas 27 (vinte e sete) Unidades da Federação” (Brasil 2023, art.3º, IV, p. 16). Talvez, se possa ter um resultado diferente

daqueles já divulgados até então. Todavia, vale ressaltar que há anos a educação clama por mudanças. É preciso dialogar!

Projeto de vida – Base nacional comum curricular (BNCC)

Dentre as competências estabelecidas na BNCC (2017), em uma delas, destaca-se a importância da elaboração do PV alinhado aos saberes e às vivências, de modo a se estabelecer uma ponte entre mundo interno e externo do estudante. Isso implica conhecer o papel do jovem na sociedade e, simultaneamente, trabalhar a construção de sua identidade nos diversos contextos de pertencimento.

Segundo a BNCC, ao desenvolver tais competências os estudantes ampliarão a “(...) mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2017, p. 8).

Dessa maneira, os professores que lecionam esta disciplina devem estar atentos aos temas que perpassam as juventudes, e ainda trabalharem a interdisciplinaridade nos diversos contextos (escola, comunidade, família, cultura etc.). Para tanto, necessitam de formação visando reconhecerem, inclusive, que todos os outros professores da escola também somam aos projetos de cada aluno, de modo que possam auxiliá-los no alcance de seus objetivos.

Dimensões da constituição/contextos do presente, as aspirações/projeções de futuro e os posicionamentos do estudante enquanto sujeito social e cidadão. Essas três dimensões nortearão os conteúdos a serem explorados, a saber: Dimensão Pessoal (aprender a se conhecer), Social/Cidadã (aprender a conviver) e Profissional (aprender a fazer) (SEEMG, 2022a, p. 12).

Com base nessa descrição, compreende-se que a disciplina em referência não se trata apenas do âmbito do mundo do trabalho/profissão, ou de uma orientação profissional. À medida que contempla as dimensões pessoal e cidadã, convida o jovem a

ampliar sua forma de lidar com o mundo ao qual está inserido. Assim, os jovens estão sendo estimulados a refletirem sobre os seus contextos, suas histórias de vida, suas trajetórias, as perspectivas que se apresentam, a convivência com o outro, enfim as contingências da vida que os cercam. E estão sendo impelidos a desenvolverem um pensamento reflexivo, para exercerem a capacidade de identificar caminhos mais promissores após a saída da escola. Inclusive, que aprendam a fazer transições em seus PV's quando for preciso.

Mas, conforme apurado anteriormente, qual professor estaria apto a ajudar os estudantes no alinhamento de seu PV? Vale recordar um antigo adágio da obra literária de Lewis Carrol (1832 – 1898), no famoso diálogo entre as personagens Alice e Gato de Cheshire, no livro *As aventuras de Alice no País das Maravilhas* (1865):

— Bichano de Cheshire (...) poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para ir embora daqui?

— Depende bastante de para onde quer ir, respondeu o Gato.

— Não me importa muito para onde, disse Alice.

— Então não importa que caminho tome, disse o Gato.

— Contanto que eu chegue a algum lugar, Alice acrescentou à guisa de explicação.

— Oh, isso você certamente vai conseguir, afirmou o Gato, desde que ande o bastante (Carrol, 2002, p. 68).

Logicamente, a ênfase à fantasia é um convite aos docentes a olhar para si mesmos e analisar toda sua trajetória de vida, bem como o papel de formadores neste momento. Indaga-se: como estes profissionais estão com seu próprio PV?

Conforme apurado na Secretaria de Educação do Estado de MG (SEEMG), hoje não há um critério específico para quem possa lecionar esta disciplina. Segundo a Resolução SEE nº 4.773, de 04 de outubro de 2022 “(...) quadro 5.1.8 aprofundamento nas áreas do conhecimento itinerário formativo - Projeto de Vida - Todas as habilitações em qualquer área do conhecimento (...)” (SEEMG, 2022d, p. 32). Seja qual for a área de formação acadêmica do profissional que pleiteia um contrato de designação, este pode se candidatar ao cargo e pleitear a vaga; ou, mesmo que já seja um servidor público

concurado. Por exemplo, um professor de física, matemática, química ou geografia pode completar seu cargo com as aulas de Itinerários Formativos – PV, como verificado nos processos de designação publicados no edital de divulgação do estado de Minas Gerais.⁴

Diante do exposto e, da possibilidade aberta pelo MEC de consulta pública (março/2023) à comunidade escolar, surge nova indagação: qual seria o perfil do profissional que estaria apto a lecionar esta disciplina? Pretende-se, na próxima seção, explorar as possíveis estratégias para este intento, sendo necessário recorrer a reflexões decorrentes da interface entre Psicologia e Educação.

A psicologia no contexto educacional

A profissão Psicologia está regulamentada segundo a lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. A formação neste campo desdobra-se em diversas áreas do conhecimento conforme a especialidade escolhida pelo aluno egresso da faculdade. Ao todo, já existem treze áreas de especialidade segundo a resolução Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 3, de 16 de março de 2022. Dentre estas, destaca-se a área da Psicologia Escolar e Educacional (PEE): “É a área de atuação profissional da psicologia referente à educação e ao processo de ensino-aprendizagem em todas as modalidades do sistema educacional e processos formativos em espaços de educação não formal” (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2022b, p. 6).

Outra questão pertinente a esta regularização diz da prática do psicólogo em relação à licenciatura como complemento ao bacharelado, segundo a resolução CNE/CES nº5/2011:⁵

⁴ Basta acessar o site para acessar as ofertas de vagas de designação - <https://controlequadropessoal.educacao.mg.gov.br/divulgacao>. É válido ressaltar a experiência de ter ido, presencialmente, participar de um processo de designação e ter-me certificado dessa prática, assim como consta a orientação na própria resolução da SEEMG.

⁵ Inclusive, um novo parecer foi elaborado - CNE/CES nº179/2022 - tendo em vista, revisar a resolução de nº5/2011, além de se guiar pela resolução CNE/CP nº2/2019 que regula as DCN's para a formação de professores para Educação Básica Nacional. No entanto, mesmo sendo aprovado em 17/02/2022, este parecer ainda não foi homologado.

[A] Licenciatura passa a compor projeto complementar não obrigatório à formação da psicóloga, e a diplomação passa a prever duas terminalidades – Bacharelado, que forma para o exercício profissional e Licenciatura, que forma para a docência na Educação Básica. Em 2011, as DCN's [Diretrizes Curriculares Nacionais] de Psicologia foram reformuladas, apenas em seu artigo 13º, mantendo-se os princípios e forma de organização, a Licenciatura tornou-se oferta obrigatória para as IES e optativa para as estudantes (CFP, 2022a, p. 89).

No entanto, foi apenas com a promulgação da lei federal 13.935, de 11 de dezembro de 2019 que a presença do psicólogo no contexto educacional da rede pública foi legitimada, bem como a do assistente social. Sendo assim, a regulamentação destes profissionais, na rede de ensino mineira, está formalizada através da Resolução SEE nº 4.701 de 14 de janeiro de 2022.

Apesar de todos os desafios que se impõe a este novo intento, é imprescindível registrar que se trata de um ganho importante para todos os atores deste contexto: escola – estudantes, professores, administrativo, direção; comunidade – família; o entorno; categorias – psicólogos e assistentes sociais. “Qualquer trabalho realizado com um desses segmentos deve ter como princípio a coletividade, visando ao bem de todos e todas” (CFP, 2019, p. 43). Mesmo que se tenha conhecimento de que a atuação do psicólogo escolar está relacionada “(...) às intervenções e atuações no contexto escolar ou algum campo relacionado, cujo foco é o fenômeno psicológico” (Silva, 2021, p. 12), ainda assim, é preciso especificar que a função do psicólogo escolar é,

Participar do trabalho de elaboração, avaliação e reformulação do projeto [político-pedagógico], destacando a dimensão psicológica ou subjetiva da realidade escolar. Isso permite sua inserção no conjunto das ações desenvolvidas pelos profissionais da escola e reafirma seu compromisso com o trabalho interdisciplinar (CFP, 2019, p. 43-44).

Dessa forma, é vedado o trabalho da psicologia clínica neste campo de atuação. Por esse motivo, faz-se imprescindível apontar duas ações que o psicólogo escolar deve

executar, em sua função como Analista de Educação Básica – AEB, conforme artigo 12 da resolução nº 4.701, e que estão diretamente ligadas ao objeto deste estudo:

II - Promover ações que estimulem a participação dos estudantes no ambiente escolar e o protagonismo juvenil; III - Auxiliar especialistas e professores na relação com os estudantes, visando à melhoria do processo ensino e aprendizagem que favoreça o desenvolvimento dos estudantes; (SEEMG, 2022c, p. 3).

Esta é uma das situações em que se pode ter a participação da Psicologia Escolar no tema PV. Constata-se que, no artigo 11, da mesma resolução, é firmado que tanto o psicólogo quanto o assistente social devem “(...) XI - auxiliar a equipe pedagógica das escolas no planejamento de atividades que apoiam o desenvolvimento dos estudantes em sua formação integral que envolvam o mundo do trabalho e o seu projeto de vida” (SEEMG, 2022c, p. 2). Quer dizer que já existe embasamento legal para que o psicólogo escolar atue na escola, no que tange a nova disciplina do NEM. Se isso já está acontecendo de fato, seria assunto para outro artigo.

Uma segunda situação, que vai ao encontro desta pesquisa, refere-se à possibilidade de o profissional da Psicologia atuar, de modo direto, através da licenciatura, como docente da disciplina PV. Apesar da disciplina Psicologia não estar presente no currículo do Ensino Básico, como se intentara no passado (Leite, 2007), subentende-se que a licenciatura valida o profissional de psicologia a estar em sala de aula. Veja que, ainda hoje, não existe na lei qual o profissional está regulamentado para lecionar PV. A lógica que vem sendo utilizada é: se não há uma definição legal do profissional que está apto a exercer tal função, então todos aqueles que tenham diploma de licenciatura ou bacharelado ou técnico em qualquer área de atuação, seguindo a ordem de prioridades da SEEMG, para itinerários formativos, conforme resolução já citada, podem lecionar PV. Por isso, reforça-se que o psicólogo apostilado em licenciatura está legalmente amparado para tal intento conforme a resolução CNE/CES nº5/2011, que prevê em suas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN’s – que haja a formação de professores de Psicologia. Ocorre que, conforme aponta um recente estudo empírico,

Com base na análise de dados do Inep, percebe-se que as mudanças nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Psicologia não resultaram em aumento de matrículas. Os resultados da pesquisa empírica revelaram que a motivação pela licenciatura se deu pelo interesse/gosto pela educação, muito embora alguns egressos desconheçam as possibilidades de inserção profissional e não atuem e/ou pretendam atuar como professor de Psicologia na Educação Básica (Machado; Kohatsu; Pereira 2023, p. 1-2).

Isso significa que mesmo com esta possibilidade de campo de atuação para os licenciados da psicologia, muitos egressos não pretendem atuar no Ensino Básico. Neste mesmo estudo, alega-se que esta falta de interesse pode estar relacionada a “(...) pouco prestígio e desvalorização da docência de um modo geral, (...) à desvalorização do campo da educação e docência entre profissionais e estudantes da própria Psicologia” (Machado; Kohatsu; Pereira, 2023, p. 22).

Por outro lado, se esta nova perspectiva se expressa frente aos estudantes e profissionais de psicologia, de forma consolidada (por exemplo: referir na própria resolução quais profissionais estariam aptos a trabalharem como docentes da disciplina PV), abre-se a possibilidade de um novo campo de trabalho, direcionado à esta categoria. Desvela-se um novo universo de contingências, que poderia funcionar como um atrativo para estes agentes. E não apenas por isso, mas por ser um profissional capacitado a assumir tal posição.

A psicologia é uma ciência moderna por estudar a subjetividade do sujeito. No entanto, amplia-se este cenário ao afirmar que “a dimensão subjetiva da realidade é o objeto da psicologia” (Bock; Teixeira; Furtado, 2011, p. 18). Com isso, abre espaço para a reflexão de que com a ajuda dos maiores beneficiários, a humanidade, pode-se somar esforços na construção desta; e não apenas por sermos efeito de sua elaboração. “O sujeito e o mundo (social e cultural) se constituem no mesmo processo, mas sem que sejam a mesma coisa. A subjetividade é um dos âmbitos da realidade” (Bock; Teixeira; Furtado, p. 17).

Por outro prisma, o que se objetiva com a disciplina PV, conforme a BNCC, é que a escola possa: “(...) valorizar os papéis sociais desempenhados pelos jovens, para além de sua condição de estudante, e qualificar os processos de construção de sua(s)

identidade(s) e de seu projeto de vida” (BNCC, 2017, p. 465). Quer dizer, visando o objeto de estudo da psicologia, e analisando a proposta da BNCC para a disciplina PV, vê-se um ponto de intersecção: o desenvolvimento do estudante em ambas as dimensões – singular (sujeito) e social (mundo).

Assim, o argumento que se preconiza neste artigo é: de que forma o profissional da psicologia poderia atuar como professor de PV, efetivamente? Como seria alicerçado seu trabalho em sala de aula? Qual seria sua abordagem teórico-metodológica?

Um olhar diferenciado para o contexto escolar: o sentido da educação pelas lentes da visão humanista

Conforme a lei nº 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estado tem como dever regular a educação escolar nas instituições próprias para tal. Decerto, “§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Brasil, 1996). Com isso, tem-se consolidada a prática da função social pela escola, condizente com a atual proposta da BNCC que subentende a “(...) dimensão social/cidadã (aprender a conviver)” (SEEMG, 2022a, p. 12). Assim sendo, com relação aos principais agentes pertencentes a este contexto social, optou-se por discorrer sobre os professores e os estudantes do ensino médio. Obviamente, que há vários atores neste cenário, mas a essência da questão proposta foi exposta.

Pensar nos vínculos estabelecidos no ambiente escolar, remete-nos às reminiscências de uma valorosa declaração concebida num mundo pós-guerra – 1948. Por isso, faz-se imprescindível, evocar seu artigo primeiro: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (Organização das Nações Unidas, 1948). Esse é um roteiro íntegro para se seguir numa relação social.

Não obstante, Abraham Maslow (1908–1970), um proeminente psicólogo humanista – a terceira força da psicologia – já havia precavido que “(...) uma sociedade ou qualquer instituição social podem ser caracterizadas como fatores que incentivam ou dificultam a autorrealização dos seus indivíduos” (Maslow, 1970, p. 228), e nisto, inclui-

se a escola! Por essa razão, o autor convida a refletir sobre os aspectos que impulsionam o ser humano a ter uma vida plena, para além daquelas necessidades mais básicas.⁶

O homem, fundamentalmente, não é moldado ou talhado numa condição humana, nem ensinado para ser humano. O papel do meio consiste, em última análise, em permitir-lhe ou ajudá-lo a realizar as suas próprias potencialidades, não as potencialidades do meio. Este não lhe confere potencialidades e capacidades; o homem é que as possui em si, numa forma incipiente ou embrionária, exatamente como possui braços e pernas em embrião. E a criatividade, a espontaneidade, a individualidade, a autenticidade, o cuidado com os outros, a capacidade de amar, o anseio de verdade, são potencialidades embrionárias que pertencem à espécie de que ele é membro, tal qual seus braços e pernas, seus olhos e cérebro (Maslow, 1970, p.170).

Isso significa que o ser humano vive em sociedade; contudo, precisa apreender seus próprios desígnios.

Recorre-se a outro humanista⁷ que propôs um argumento mais profundo, acerca do sentido da vida: “(...) *jamais importa o que nós ainda temos a esperar da vida, mas sim exclusivamente o que a vida espera de nós*” (Frankl, 2008, p. 101, grifo do autor). Saber que a vida tem um sentido, significa dizer que há um porquê para cada pessoa esforçar-se. Isso tem a ver com atitude singular. Aqui, recorda-se daquela outra dimensão proposta pela BNCC: a “Dimensão Pessoal (aprender a se conhecer)” (SEEMG, 2022a, p. 12). Nessa direção, é fidedigno buscar o pensamento de Allport (1897–1967), ao

⁶ A título de exemplo, a compreensão do sofrimento psíquico é imprescindível na clínica psicoterápica, mas e para aquelas outras pessoas saudáveis que não estão nessa condição? Buscando desenvolver suas potencialidades? Como elas poderiam fazer uso de suas capacidades e potencialidades? Diante dessa busca, Maslow desenvolveu a ideia da Hierarquia de Necessidades (1954). O ser humano possui necessidades que se dão nos diferentes níveis. Sendo que cada nível apresenta um aspecto do desenvolvimento do ser. Iniciando pelas bases fisiológicas, imprescindíveis para a sobrevivência do ser humano. Todavia, após satisfeitas essas necessidades há outros níveis, os quais o indivíduo também necessita para desenvolver-se sadiamente, até atingir o nível mais alto da pirâmide que se trata da autorrealização (Maslow, 1954).

⁷ Viktor Frankl foi um psiquiatra que vivenciou os horrores dos campos de concentração nazista. A questão é que ele conseguiu encontrar meios para sobreviver através da busca de sentido. Após essa terrível experiência ele ficou conhecido por criar a logoterapia em que vigora a seguinte máxima: “Viva como se já estivesse vivendo pela segunda vez, e como se na primeira vez você tivesse agido tão errado como está prestes a agir agora. [Ou seja] (...)uma consciência plena de sua própria responsabilidade” (2008, p. 134).

referenciar Viktor Frankl (1905–1997) acerca da “(...) última liberdade humana – [ou seja] a capacidade de escolher a atitude pessoal que se assume diante de determinado conjunto de circunstâncias” (Frankl, p. 7). Este psicólogo contribui com uma importante lição ao revelar que as pessoas podem dar dignidade à sua vida, às suas escolhas, independente do meio em que estão inseridas. Isso também equivale, ao ambiente escolar.

Dando sequência as contribuições da psicologia humanista, torna-se imperioso trazer a elucubração de Carl Rogers (1902–1987) sobre a educação. Em seu livro *Liberdade para Aprender*, Rogers apresenta um conceito intitulado “aprendizagem significativa” (1972, p. 5) referindo-se que o maior responsável pela compreensão dos fatos e objetos cognoscíveis se torna, desde então, o próprio estudante. Não importa se o fato veio através de um estímulo externo (professor). O que interessa é que cada ser possui, em si mesmo, as ferramentas necessárias para que a aprendizagem se processe. Desta virão as mudanças nos âmbitos da cognição, da percepção e, até mesmo dos traços individuais, após avaliado o significado que aquele fato atingiu em seu âmago. E isso, é algo de caráter pessoal. Em outras palavras: “A aprendizagem significativa verifica-se quando o estudante percebe que a matéria a estudar se relaciona com os seus próprios objetivos” (Rogers, 1972, p. 154), quer dizer, implica em algo de maior relevância para ele mesmo. Ou ainda,

A aprendizagem é facilitada quando o aluno participa responsabilmente do seu processo. A aprendizagem significativa aumenta ao máximo, quando o aluno escolhe suas próprias direções, ajuda a descobrir recursos de aprendizado próprio, formula problemas que lhe dizem respeito, decide quanto ao curso de ação a seguir, vive as consequências de cada uma dessas escolhas. É evidente, tanto no campo da indústria quanto no da educação, que a aprendizagem participada é muito mais eficaz que a aprendizagem passiva (Rogers, 1972, p. 158).

Isso remete à terceira dimensão trazida pela BNCC: a “profissional (aprender a fazer)” (SEEMG, 2022a, p. 12). Logo, o estudante precisa vivenciar o aprendizado de alguma coisa, interiormente, para que o significado daquilo alcance o seu sentido. Não se trata mais de um ensino tradicional, em que apenas o professor era o detentor de todo o

saber. A proposta de Rogers (1972) é que o aluno passe a ser o agente ativo do seu processo de aprendizagem. Que ele tenha proatividade!

Após explicar algumas concepções originárias do pensamento humanista, por intermédio de autores renomados, tendo em vista a possível correlação de suas ideias com a proposta atual das dimensões da BNCC à disciplina PV, em seu aspecto filosófico; torna-se relevante evidenciar como se daria na prática um plano educacional desta conjuntura que se sugestiona. Para isso, será apresentada a Psicologia Positiva por suas evidências e contribuições com recursos de “aprendizagem significativa” (Rogers, 1972) aos estudantes. Sendo que esta abordagem vai ao encontro dos fundamentos de Maslow (1970), trazidos inicialmente.

Psicologia Positiva como perspectiva: um guia para elaboração do projeto de vida

Por volta de 1997, o psicólogo Martin Seligman⁸ (1942 –) torna-se presidente da Associação Americana de Psicologia (APA) e começa a pensar em novas possibilidades de trabalhar a psicologia. Um pesquisador que, até então, era praticamente um psicólogo experimental que seguia os rumos de uma ciência aplicada. Ao seguir o modelo tradicional, “(...) aliviar o sofrimento e eliminar as condições debilitantes da vida (...)” (Seligman, 2012, p. 9); apesar de ser nobre, já não era um elemento motivador à sua carreira. Com isso, ele propõe uma complementação em aspectos que pudessem ser acrescidos a esta visão mais usual da psicologia como, por exemplo, “(...) explorar aquilo que faz a vida valer a pena e produzir as condições para isso (...)” (Seligman, p. 9). Em suma, poder colocar em evidência estudos subjetivos, acerca do impacto da visão mais otimista da vida; bem como, o quanto a satisfação com a vida poderia influenciar o ânimo das pessoas como um todo. Assim nasce a Psicologia Positiva!

Dos diversos trabalhos que Seligman desenvolveu, será destacado aqui a “Teoria do Bem-estar” (Seligman, 2012), como também, a criação das Forças de Caráter e

⁸ Atualmente, Seligman é presidente Emérito e Co-Fundador da Rede Internacional de Educação Positiva (IPEN) que reúne diversos líderes mundiais que se dedicam ao desenvolvimento da Psicologia Positiva na educação (<https://www.ipen-network.com/about-us>).

Virtudes ou “Teste das Forças Pessoais” (Seligman, 2012, p. 107).⁹ O referido estudo da Teoria do Bem-estar está explanado no seu livro *Florescer*. Como pôde ser constatado, Seligman (2012) chega a esse novo conceito após ter se debruçado, criticamente, em seu antigo paradigma sobre a felicidade autêntica.

Eu achava que o tema da psicologia positiva era a felicidade, que o principal critério para a mensuração da felicidade era a satisfação com a vida e que o objetivo da psicologia positiva era aumentar essa satisfação com a vida. Hoje penso que o tema da psicologia positiva é o bem-estar, que o principal critério para a mensuração do bem-estar é o florescimento, e que o objetivo da psicologia positiva é aumentar esse florescimento (Seligman, 2012, p.14-15).

Seligman (2012) irá verificar que é preciso modificar seu modelo para uma nova forma de exploração, na qual é preciso considerar cinco elementos (Tabela 3 - PERMA), para que se tenha a compreensão do construto: bem-estar. E este não pode ser medido apenas pela satisfação na vida, e sim, pela capacidade de florescer e cultivar os cinco elementos elencados na tabela 3, a seguir.

Tabela 3 PERMA¹⁰

Elementos	Significado
Emoção positiva	A vida agradável
Engajamento	“Você teve a sensação de que o tempo parou?”, “Ficou completamente absorvido pela tarefa?”, “Perdeu a consciência de si mesmo?”
Relacionamentos positivos	As outras pessoas são o melhor antídoto para os momentos ruins da vida e a fórmula mais confiável para os bons momentos
Sentido	Pertencer e servir a algo que se acredita ser maior do que o eu

⁹ Esse teste pode ser feito gratuitamente direto no site: www.authentic happiness.org, na opção *questionnaires* (VIA *Survey of Character Strengths*) ou <https://www.psicopositiva.org/via>.

¹⁰ PERMA: *Positive emotion, Engagement, Relationships, Meaning, Achievement*.

Realização

Conquista

Nota. Adaptado de Seligman (2012, p. 16-17)

Já as forças e virtudes pessoais, referem-se a seis grupos de virtudes (Sabedoria e Conhecimento; Coragem; Humanidade e Amor; Justiça; Temperança; Transcendência), nas quais se distribuem vinte e quatro forças. O objetivo desse teste é que a pessoa possa identificar quais são seus pontos fortes, de modo que se possa conhecer melhor o que te move a uma direção que te fortaleça.

Você entra no envolvimento quando seus pontos mais fortes são empregados para enfrentar os maiores desafios que surgem no seu caminho. Na teoria do bem-estar, essas 24 forças pessoais sustentam todos os cinco elementos, não apenas o engajamento: o emprego de maiores forças leva a mais emoção positiva, mais sentido, mais realização e melhores relacionamentos (Seligman, 2012, p. 19).

Sugere-se com a aplicação desta teoria, do bem-estar, que os estudantes possam aprender meios de florescer. Isso significa aprender a se conhecer melhor e utilizar os recursos pessoais para lidar consigo mesmo (pessoal) e com o mundo a sua volta (social + profissional). Com a escola utilizando-se destes recursos com os professores e estudantes, quiçá todo o seu corpo pedagógico, administrativo e técnico, torna-se possível adotar uma nova perspectiva de trabalho, mais profícua e destacadamente baseada em comprovações científicas.

Não é uma tarefa simples, mas pode se tornar grandiosa! Isto se diz, pelo fato de que não é apenas o estudante que precisa pensar no seu PV; mas também, se estende aos educadores pensarem no seu papel e no valor que está sendo atribuído a cada um desses agentes (André, 2021).

No artigo, Papel do otimismo na educação e processo de aprendizagem (Giacomoni; Bandeira; Oliveira, 2018), as autoras trazem diversas evidências do uso de construtos baseados na Psicologia Positiva, que constataram que “atualmente, é possível encontrar instrumentos válidos, fidedignos e teoricamente embasados para avaliar o otimismo em crianças e adolescentes” (2018, p. 156). Com isso, elas assinalam como

descobertas, a saber: o impacto da influência da saúde mental dos pais sobre os filhos, ou seja, diz do modo como o adulto lida com eventos ruins; o otimismo está relacionado a busca de parâmetros adaptativos na resolução de adversidades, sendo o pessimismo o seu oposto; as crianças que fizeram uma boa transição do ensino fundamental para o médio são aquelas consideradas otimizadas; a existência de uma relação direta entre otimismo e motivação para aprendizagem. Por outro lado, descobriu-se que o fator socioeconômico é mais preditor de pessimismo que otimismo, um dado que diz muito da sociedade atual. Porém, o saber lidar com as adversidades é ponto chave desse processo.

A psicologia positiva pode contribuir para a educação de crianças e adolescentes ao conectar os fatores que conduzem ao sucesso escolar com as emoções positivas e forças individuais. Durante o processo de aprendizagem, a relação professor-aluno desempenha um papel central. Além disso, destaca-se o desenvolvimento de ambientes educacionais que possibilitem ao aluno o envolvimento tanto de atividades curriculares estabelecidas como no conhecimento de habilidades necessárias para desenvolver seu bem-estar e o dos demais. Diferentes estudos dentro da perspectiva da psicologia positiva têm enfatizado a necessidade de uma reformulação no ensino, para que o currículo possa comportar uma educação mais integral e o aluno passe a ser visto como um ser intelectual, social e emocional (Giacomoni; Bandeira; Oliveira, 2018, p. 166).

O próprio programa de treinamento desenvolvido por Seligman (2012) – O Programa de Resiliência PENN (PRP) – contém amostras diversificadas, no que tange à raça, etnia e condições socioeconômicas, mostrando-se eficaz em sua aplicabilidade para qualquer contexto. Quer dizer, “(...) reduz e previne os sintomas da depressão, (...) reduz o sentimento de impotência, (...) previne os níveis clínicos de depressão e ansiedade, (...) reduz os problemas de conduta, (...) melhora o comportamento associado à saúde” (Seligman, 2012, p. 41).

Contudo, para que esse quadro se reitere é fundamental que os professores sejam capacitados para tal intento e que haja adesão ao programa. O papel do professor é fundamental neste processo, assim como dos gestores da educação. Muitos dos riscos aos

quais a juventude está exposta (drogas, violência, morte de um ente, problemas de aprendizagem, entre outros) podem ser minimizados, se houver uma integração mais adequada entre os agentes: escola – comunidade.

Se houvesse maior investimento na capacitação dos gestores escolares para a implementação de programas proativos baseados em evidências científicas. Na literatura é frequente a recomendação de programas com condições de serem implementados por psicólogos capacitados ou que possam capacitar outros profissionais para sua utilização. Evidencia-se, por exemplo, o programa de habilidade de vida, que propõe o desenvolvimento de competências para a vida dos jovens escolares visando fortalecer comportamentos mais salutares, permitindo a estes lidar de forma eficaz com as demandas e os desafios da vida cotidiana (Franco, 2018, f.111).

Franco (2018) desperta acerca da necessidade do Desenvolvimento Positivo dos Jovens (DPJ). Um movimento iniciado na década de 1990, nos Estados Unidos, que abordava justamente a demanda pela juventude de atitudes favoráveis ao lidar em comunidade; bem como, o seu fortalecimento para o enfrentamento de questões que pudessem vir a prejudicar seu porvir. Outros autores corroboram com a ideia de que “(...) quanto mais as forças estiverem presentes maior será a perspectiva dos adolescentes e jovens em relação ao futuro” (Toledo; Noronha; Viana, 2021, p. 48). Dessa forma, torna-se de grande relevância o desenvolvimento de autoeficácia nos jovens. Visto que,

observou-se que pais, professores e gestores/técnicos da escola se destacaram como agentes potenciais para o aumento da autoeficácia juvenil ao possibilitarem condições para os jovens emitirem comportamentos, e conseqüentemente, eles serem reforçados. Assim, ao lançar desafios condizentes com as reais capacidades juvenis e propor tarefas que os jovens consigam realizar, por exemplo, é possível ampliar a motivação para a tarefa e incrementar as crenças de autoeficácia (Franco, 2018, f.109).

Diante destas constatações evidencia-se a pertinência da promoção do DPJ no Ensino Médio, em específico, conectado à disciplina PV. O planejamento anual já elaborado conforme a BNCC (três dimensões) seria enriquecido, ao alinhar-se aos seus princípios e, da Psicologia Positiva, de forma a desenvolver junto aos estudantes os elementos que compõe o construto bem-estar, incluídos aí, a percepção das Forças e Virtudes de cada aluno. E assim, poder-se-á elaborar Projeto(s) de Vida que valorizem a construção do sentido da vida para os jovens escolares.

Considerações finais

Com base nos dados do Idep apresentados, há que se concordar que o sistema tradicional do ensino médio, que vigorava até 2021, não garantia uma educação de qualidade a todos os alunos, por isso a urgência de uma revisão do ensino básico brasileiro. Dessa forma, um pedido de revogação total e imediata do NEM não caberia neste momento. Sabe-se que toda mudança, a princípio, gera desconforto. Por isso, a ideia de abrir uma consulta pública pelo MEC, em março deste ano (Brasil, 2023) foi assertiva, na medida que convidou os atores principais deste cenário ao diálogo. Cabe agora observar os frutos desse novo relatório e ter em mente que para o Brasil prosperar, é preciso que todos coloquem a educação em destaque.

O objetivo deste trabalho foi mostrar o potencial que a Psicologia tem de participar deste cenário com uma visão mais proativa das pessoas, de modo a auxiliar na descoberta da potencialidade de todos os agentes envolvidos no contexto educacional. Por isso, a disciplina PV é um diferencial na vida dos estudantes do NEM, pois abre espaço para novas formas de viver a vida sustentadas no protagonismo juvenil.

Vários autores confirmam que a adolescência é o momento profícuo para se pensar no PV, ajudá-los na descoberta de suas potencialidades, por sua flexibilidade aumentada e maleabilidade de pensamento. O que exerce um efeito favorável na vida dos jovens (Zanon; Bachert; Gobbo, 2018). Ainda, tem-se aqueles que apresentam seus achados de estudos com PV, trazendo programas de baixo custo e com desfecho construtivo (Zanon, L.; Zanon, C.; Pereira, 2018).

Isto significa, que a proposta da Psicologia como licenciatura faz-se pertinente no cenário da Educação Básica, apoiada na metodologia da Psicologia Positiva. Assim como, a proposta da Psicologia Escolar Educacional, ao fazer uso dos mesmos recursos metodológicos de modo a transmiti-los aos profissionais da educação. Ou seja, independente de qual seja a proposta, ambas oferecem espaço para a psicologia atuar na escola fomentando o Desenvolvimento Positivo na Juventude.

Tem-se que a inserção da Psicologia Positiva no Ensino Básico Brasileiro vai ao encontro de instrumentalizar ações exitosas já desenvolvidas no cenário internacional – por ex., Programa de Resiliência PENN (PRP). E com isso, ao desenvolver projetos direcionados ao público escolar em sintonia com as demandas específicas de desenvolvimento e escolarização, pretende-se alcançar a promoção do bem-estar, do florescimento e o sentido da vida.

Notadamente, verifica-se que os construtos trabalhados na Psicologia Positiva são transponíveis ao ambiente escolar, mas ainda precisam ser mais difundidos entre os agentes educacionais. Espera-se, com este artigo, auxiliar na difusão de novas ideias para trabalhar com a disciplina PV, além de novas pesquisas acadêmicas envolvendo este campo, trazendo quem sabe num futuro próximo, as experiências dos psicólogos com o PV, abrindo espaço para outras perspectivas de atuação.

Referências

- Almeida, T. (2022, 29 julho). Em queda desde 2010, abandono do ensino médio volta a crescer em 2021. *Fundação Roberto Marinho/Unicef*. Rio de Janeiro, Educação básica, notícia. Recuperado de: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/abandono-do-ensino-medio-volta-crescer-em-2021>. Acesso em: 22 fev. 2023.
- André, S. (2021). Projeto de vida: Sob o signo da reinvenção da escola. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 22, n. 2, p.227-232, jul./dez. 2021. Recuperado de: https://abraopc.org.br/site2022/wp-content/uploads/2022/11/RBOP_22-a09v22n2.pdf. Acesso em: 03 mar. 2023.
- Base nacional comum curricular. (2017). *BNCC: educação é a base*. BNCC. Recuperado de:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

Bock, A. M. B.; Teixeira, M. L. T.; Furtado, O. (2011). *Psicologia fácil*. São Paulo: Saraiva.

Carrol, L. (2002). *As aventuras de Alice no País das Maravilhas & através do espelho*. Rio de Janeiro: ZAHAR, p.68.

Conselho Federal de Psicologia (2022a). *Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho*. Vol. 1. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica*. 2. ed. Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia (2022b). *Resolução nº 3, de 16 de março de 2022*. DOU - Publicado em: 18/03/2022, Edição: 53, Seção: 1, Página: 193 Brasília: CFP.

Crestani, R. A.; Levenfus, R. S. (2022) *Adolescentes necessitarão de ajuda para escolher os itinerários do Ensino Médio*. Blog Vetor Editora. SP, maio de 2022. Recuperado de: https://blog.vetoreditora.com.br/adolescentes-necessitarao-de-ajuda-para-escolher-os-itinerarios-do-ensino-medio/?utm_campaign=fev_23_newsletter_-_vetor&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: fev. 2023.

Cunha, A. A. (2022). *Cuidado! (Não) pensar pode ser perigoso*. Florianópolis: Habitus.

Cunha, A. A. (2023). Jovens autores: uma experiência com estudantes do NEM. In: Científica Digital, Editora. *Open Science Research X*, São Paulo, v.10, 2023. Recuperado de: <https://www.editoracientifica.com.br/articles/code/230111806>. Acesso em: 10 mar. 2023. p. 2120-2132.

FBS pesquisa (2021). *NEM na visão dos estudantes*. Confederação nacional da indústria. FBSpesquisa. Recuperado de: https://static.portaldaindustria.com.br/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/92/cb/92cbad14-4fdc-4137-9692-4af4a8f7504f/instituto_fsb_pesquisa_-_sesi_senai_-_novo_ensino_medio.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

Franco, G. R. (2018). *Fatores de risco e proteção na adolescência e suas relações com a autoeficácia: um estudo com alunos e gestores de escolas públicas*. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Federal de Juiz de Fora. Recuperado de: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6893>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Frankl, Viktor (2008). *Em busca de sentido*. Petrópolis: Vozes.

Giacomoni, C. H.; Bandeira, C.M., Oliveira, C. M. (2018). Papel do otimismo na educação e no processo de aprendizagem. In: Nakano, Tatiana de Cássia. *Psicologia positiva aplicada à educação*. São Paulo: Vetor. Edição do Kindle. p. 148-170.

Instituto nacional de estudos e pesquisa educacionais Anísio Teixeira (2022a). *Resultados Ideb*. Ministério da Educação. Brasília: INEP. Recuperado de: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 10 out. 2022.

Instituto nacional de estudos e pesquisa educacionais Anísio Teixeira (2022b). *Nota técnica*. Ministério da Educação. Brasília: INEP. Recuperado de: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 20 de dezembro). Diário Oficial da União, Brasília, DF.

Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. (2017, 16 de fevereiro). Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Diário Oficial da União, Brasília, s. 1, 17 fev. 2017.

Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019. (2019, 11 de dezembro). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 dez. 2019, col. 1, p.7.

Leite, S. A. S. (2007). Psicologia no Ensino Médio: desafios e perspectivas. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, p. 11-21, jun. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2007000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 maio 2023.

Machado, L. A.; Kohatsu, L. N.; Pereira, O. C. N. (2023). Egressos de cursos de Licenciatura em Psicologia: motivações, dificuldades e perspectivas. *Revista*

- Pedagógica*, Chapecó, v. 25, p. 1-26. Recuperado de:
<https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/7148>.
Acesso em: 10 ab. 2023.
- Maslow, A. (1970). *Introdução à Psicologia do Ser*. Rio de Janeiro: Eldorado.
- Maslow, A. (1954). A Theory of Human Motivation. In: Maslow, A. *Motivation and Personality*. New York: Harper & Row, p. 35-58.
- Oliveira, F. A. C.; Lay, E. G. E. (2023). Autoavaliação pedagógica e gestão escolar: concepções e práticas da implantação do programa NEM. *RECIMA21 - revista científica multidisciplinar*, issn 2675-6218, São Paulo, v.4, n.2, p. 1 - 14.
Recuperado de: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i2.2683>. Acesso em: 06 mar. 2023.
- Organização das Nações Unidas (1948). *Declaração universal dos direitos humanos*. ONU. Recuperado de: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 21 abr. 2023.
- Parecer CNE/CES nº 179/2022. Processo nº: 23001.000095/2013-80*. (2022, 17 de fevereiro). Ministério da Educação, Conselho Nacional da Educação, aprovado: 17 fev. 2022. Recuperado de:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=236641-pces179-22&category_slug=fevereiro-2022-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 mar. 2023.
- Pirani, M. B. (2023). *Projeto de Vida e capital cultural: o ensino médio no estado de São Paulo*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro. Recuperado de:
<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/239541>. Acesso em: 06 mar. 2023.
- Portaria nº 399, de 08 de março de 2023*. (2023, 9 de março). Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 47, s. 1, p.16.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019*. (2020, 15 de abril). Diário Oficial da União, Brasília, s. 1, p. 46-49. Recuperado de:
https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

Risolia, W. (2021). Prefácio. In: Barros, Ricardo Paes de; et al. *Consequências da violação do direito à educação*. Rio de Janeiro: Autografia, p.10-11.

Rogers, C. (1972). *Liberdade para aprender*. Belo Horizonte: Interlivros.

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2022a). *Caderno pedagógico: Itinerário Formativo*. SEEMG. Recuperado de: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/CADERNO%20PEDAG%3%93GICO%20-%20ITINER%3%81RIO%20FORMATIVO%20-%201%C2%BA%20ANO%20NOVO%20ENSINO%20M%C3%89DIO%202022.docx.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2022.

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2022b). *Projeto de Vida ajuda estudantes a trilharem um futuro de responsabilidade e protagonismo*. SEEMG. Recuperado de: <https://www.educacao.mg.gov.br/projeto-de-vida-ajuda-a-estudantes-a-trilhar-um-futuro-de-responsabilidade-e-protagonismo/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2022c). *Resolução SEE n° 4.701, de 14 de janeiro de 2022*. SEEMG. Recuperado de: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-no-4-701-de-14-de-janeiro-de-2022/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (2022d). *Resolução SEE n° 4.773, de 04 out. de 2022*. SEEMG. Recuperado de: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-no-4-773-de-04-de-outubro-de-2022/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

Seligman, M. E. P. (2012). *Florescer: uma nova compreensão sobre a natureza da felicidade e do bem-estar*. Rio de Janeiro: Objetiva. E-book.

Silva, A. J. F. (2023). A atuação do profissional com formação em direito no NEM. *Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF. ISSN 1984-0454. Recuperado de: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/61043/a-atuao-do-profissional-com-formao-em-direito-no-novo-ensino-mdio>. Acesso em: 27 fev.2023.

- Silva, T. F. (2021). Psicologia Escolar e Educacional: dos aspectos históricos às competências profissionais. In: SILVA, T. F. *Caracterização e atuação do psicólogo na escola*. Londrina: Educacional S.A. E-book p.12.
- Silveira, E. S.; Souza, N. C. L. A. (2023). Performatividade e atuação em um momento ritual do NEM no estado do Rio Grande do Sul. *Textura – Revista de educação e letras*. [S. l.], v. 25, n. 61, p. 290-311. Recuperado de: <https://doi.org/10.4322/2358-0801.2023.25.01-15>. Acesso em: 05 mar.2023.
- Toledo, C. C. R.; Noronha, A. P. P.; Viana, J. L. D. (2021). Forças de Caráter e Construção de Projetos Vida na Adolescência. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*. São Paulo, v. 22, n. 1, p. 41-50. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v22n1/a04v22n1.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- Zanon, L. L. D.; Bachert, M. D. B.; Gobbo, J. P. (2018). Projeto de vida do adolescente: implicações para a escolarização positiva. In: Nakano, Tatiana de Cássia. *Psicologia positiva aplicada à educação*. São Paulo: Vetor. Edição do Kindle. p. 60-90.
- Zanon, L. L. D.; Zanon, C.; Pereira, P. (2018). Desenvolvendo projetos de vida em adolescentes: uma intervenção com base na Psicologia Positiva. In: Reppold, Caroline Tozzi; Hutz, Claudio Simon. *Intervenções em Psicologia Positiva*. São Paulo: Vetor. Edição do Kindle. Não paginado.